

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 83ª Reunião Ordinária da CT-Indústria - 09/02/2022 - 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEAVV	Mário Antonio Masteguin (T)
ArcelorMittal	Thais Soares de Campos (T)
ASSEMAE	Fernando Ribeiro Rossilho (T)
CIESP – DR Americana	Daniel Gustavo de Almeida (T)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
CIESP - DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti (T) Jairo Alves Júnior (S)
Consórcio PCJ	José Cezar Saad (T)
CMR Indústria e comércio	Helen Karina Leal Ayala Dutra (T) Ângela Elaine Pereira Garcia (S)
DAE Jundiá	Rodrigo de Almeida Marçal (T)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Flamarion Stefano Cabral (T)
Dedini S/A	Lucinéia Cristina Vitti Prata (T)
Elo Ambiental	Francisco Paulo Oliva Barijan (T)
FIESP	Jorge Antonio Mercanti (S)
Geoblue	Deborah Pereira da Silva (S)
Miracema-Nuodex	Anderson Munhos Bandeira (T)
Oji Papéis	João Luis Duarte (T)
P.M. de Itatiba	Thais Polezel Franco de Camargo (S)
P.M. de Limeira	Douglas José Bergamo (S)
P.M. de Piracicaba	Bruno Delarole (T) Giovanni Batista Campos (S)
Papirus	Aline Fernanda Lemes (T)
SABESP	Ane Caroline Grisolio Machion (T)
SANASA	Fernando Ribeiro Rossilho (S)
Sanipark	Vanessa Regina Degrande Rodrigues (T)
SIMESPI	Tatiana Delgado de Souza Koroiva (T)
UNICA	André Elia Neto (S)

Membros ausentes	
Entidade	
AEAAR	
BRK Ambiental Sumaré	
CISBRA	
Consórcio Pirai	
Mackenzie - Campinas	
P.M. de Cordeirópolis	
Química Amparo	
REPLAN	
RHODIA	
SINMEC	

Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
2030 Water Resources Group	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Bruno Font Aranda
	Kaique Barreto
	Rebeca Silva
	Suzana Darahem
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos nove dias do mês fevereiro de 2022, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 83ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 02 de fevereiro de 2022. **2. Abertura da 83ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Jorge Antonio Mercanti, Coordenador da CT-Indústria, e pelo Sr. Jairo Alves Júnior, Coordenador-Adjunto da CT-Indústria, ambos representantes do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas (CIESP - DR Campinas), que agradeceram a presença de todos e informaram aos presentes a existência de quórum qualificado para o início da reunião. **3. Informes. 3.1. Informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** O Sr. Bruno Aranda, da Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** explicou sobre a importância dos representantes das Câmaras Técnicas realizarem cursos de capacitação, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/2021, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 83ª Reunião Ordinária da CT-Indústria - 09/02/2022 - 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com pelo menos 16h de carga horária, com realização a partir do ano de 2022. Foram citados como exemplo os cursos disponibilizados no portal da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), em que ambas as plataformas dispõem de cursos gratuitos, de curta duração e de forma virtual. Também foram mencionados cursos de especialização fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Solicitou que os representantes que concluírem os cursos, encaminhem os certificados para o e-mail da SE/PCJ <se.pcj@comites.baciaspcj.org.br>; **c) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** em seguida, foram informadas as próximas reuniões agendadas da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e da Plenária dos Comitês PCJ, as quais a participação não é obrigatória para quem não for membro do Plenário dos Comitês PCJ, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvinte, sendo: 84ª Reunião Ordinária da CT-PL, no dia 04/03/2022, às 09:00hs e 27ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, no dia 31/03/2022, às 09:00hs, ambas com transmissão ao vivo pelo YouTube com link a ser disponibilizado na agenda do site dos Comitês PCJ; **d) Aprovação do Plano de Capacitação e Plano de Comunicação dos Comitês PCJ:** o Sr. Bruno informou aos membros que foram aprovados, durante a 26ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 10/12/21, pelas Deliberações nºs 399/21 e 400/21 os Planos de Comunicação e o de Capacitação, respectivamente. Explicou que o Plano de Comunicação dos Comitês PCJ tem como objetivo criar condições para o fortalecimento da comunicação entre os Comitês PCJ e o público externo. Já o Plano de Capacitação dos Comitês PCJ, visa estruturar ações de capacitação para os membros dos Comitês PCJ em diversas frentes; **e) Alteração dos representantes dos membros da CT-Indústria:** o Sr. Bruno explicou que a SE/PCJ recebeu solicitação de alteração dos representantes do membro “Papyrus” com a substituição do Sr. José Eduardo A. Falcetti pela Sra. Aline Fernanda Lemes como representante titular, e a remoção do representante suplente Guilherme Amorim Lisboa, mantendo como

atuais representantes suplentes os Srs. José Eduardo Falcetti e Marcio Roberto Faria. **4. Aprovação da minuta de ata da 82ª Reunião Ordinária da CT-Indústria:** O Sr. Jorge informou que a minuta de ata da 82ª Reunião Ordinária da CT-Indústria, realizada em 01/12/2021, por videoconferência, foi encaminhada junto da convocação da reunião e questionou aos membros sobre a necessidade de leitura, sendo dispensada. Na sequência, abriu a palavra aos membros para manifestação quanto ao seu conteúdo. Não havendo manifestações, colocou em apreciação a minuta da ata, sendo aprovada por unanimidade. **5. Indicação para o processo seletivo para o curso de pós-graduação “Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos”:** O Sr. Jorge informou que os Comitês PCJ financiam cursos de pós-graduação para seus membros mediante o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ) e em atendimento ao Plano de Capacitação dos Comitês PCJ e suas implicações. Explicou que neste momento foram abertas vagas para o curso de pós-graduação *lato sensu* “Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos, pela Faculdade Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), no qual é destinada 01 (uma) vaga por Câmara Técnica. Conforme e-mail enviado anteriormente aos membros da CT-Indústria, a entidade Papyrus se manifestou indicando a Sra. Aline Fernanda Lemes, sendo a única manifestação da CT-Indústria e sendo enviada para a SE/PCJ para aprovação. A SE/PCJ dará continuidade no processo orientando os representantes indicados pelas CTs. **5. Informações a respeito da Crise Hídrica:** O Sr. Jorge comentou inicialmente que com as chuvas em janeiro e fevereiro, a situação da crise hídrica parece ter sido amenizada, explicando a partir de uma carta sinótica da Marinha em relação aos fatores que levaram à essas chuvas, advindo de umidade da região Amazônica, gerando Zonas de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), acarretando chuvas intensas e prolongadas. Além disso, apontou as precipitações do mês de janeiro de 2022 pelo posto pluviométrico da REPLAN em Paulínia/SP, totalizando em 258 mm (duzentos e cinquenta e oito milímetros), apenas um pouco abaixo da média climatológica para este mês que é de 272 mm (duzentos e setenta e dois milímetros). Apontou também a precipitação no Sistema



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 83ª Reunião Ordinária da CT-Indústria - 09/02/2022 - 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

Cantareira para o mês de janeiro de 2022 que apresentou 327 mm (trezentos e vinte e sete milímetros) de chuva, acima da média climatológica, de 265 mm (duzentos e sessenta e cinco milímetros), assim como do nível do sistema que está próximo de 40% (quarenta por cento) e das vazões do Rio Jaguari de 36 m³/s (trinta e seis metros cúbicos por segundo), Rio Atibaia 32 m³/s (trinta e dois metros cúbicos por segundo) e Rio Juqueri com 0,1 m³/s (um décimo de metro cúbico por segundo), apresentando boas contribuições de vazão natural. Na somatória do sistema equivalente, considerando a soma dos reservatórios da Grande São Paulo e do Sistema Cantareira, apresenta-se em torno de 50% (cinquenta por cento), próximo do valor referente de 2021 que era de 53% (cinquenta e três por cento). No tocante à temperatura climatológica da superfície da água do mar na região equatorial do Oceano Pacífico (fenômeno *La Niña*) está abaixo da média, com a tendência de o fenômeno minimizar nos próximos meses. Já as previsões meteorológicas de precipitação nas Bacias PCJ no primeiro trimestre (fevereiro, março e abril) devem ocorrer um pouco abaixo da média, mas não tanto quanto 2021, contribuindo para um cenário não tão favorável, visto que é o período historicamente mais chuvoso. Além disso, foi comentado que regularmente em períodos de *La Niña* as chuvas são mais frequentes na região nordeste do Brasil do que na região sudeste. Em seguida, o Sr. Jairo Alves Júnior, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas (CIESP - DR Campinas) e coordenador-Adjunto da CT-Indústria, questionou se os dados estão sugerindo algum período de estiagem mais severo, sendo argumentado pelo Sr. Jorge que as precipitações estão previstas para serem menores próximos dias, mas que a previsão climatológica não consegue garantir dados precisos para maiores períodos, sendo estimado um período mais seco. Posteriormente foi questionado pelo Sr. Jairo Alves Júnior se os Comitês PCJ realizam acompanhamento das atividades do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente na área territorial das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (GAEMA PCJ - regionais Campinas e Piracicaba), sendo respondido pelo Sr. Bruno Aranda, que informou que a Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ acompanha as solicitações direcionadas para os

Comitês PCJ, bem como fornece todo o suporte necessário aos esclarecimentos e questionamentos demandados no âmbito dos Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. José César Saad, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Consórcio PCJ), complementou informando que o GAEMA-PCJ possui cunho investigativo, onde solicita esclarecimentos para as instituições, não sendo habitual realizar participação ativa dentro do órgão, sendo reforçado pelo Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia - Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (IZ/APTA/SAA) e coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), a colaboração dos Comitês PCJ e do GAEMA PCJ, especialmente pela CT-RN no tocante aos assuntos praticados pela CT-RN.

6. "Política de Mananciais PCJ: a segurança hídrica é um desafio de todos". Palestrante: João Demarchi – Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN): Na sequência, o Sr. Jorge Mercanti passou a palavra ao Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi que inicialmente agradeceu o convite e comentou da importância das Câmaras Técnicas compartilharem informações entre si. Explicou que a apresentação será referente Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ (Política de Mananciais PCJ), aprovada inicialmente pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 238/15](#) e alterada pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/18](#), que tem como objetivo dispor de ações para produção e conservação das águas, recuperação e conservação do solo e da vegetação nativa nas Bacias PCJ, sendo estruturada em forma de lei e plano de ação, envolvendo a criação de quatro programas: **i)** Recuperação, conservação e proteção ambiental em áreas de interesse; **ii)** Pagamento por serviços ambientais; **iii).** Apoio a áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos e; **iv).** Proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado. O início de suas discussões teve como respaldo o Programa Produtor de Água, iniciativa da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e como objetivo conciliar produtores rurais e ambientalistas na

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 83ª Reunião Ordinária da CT-Indústria - 09/02/2022 - 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

produção agropecuária e conservação de florestas, usando como unidade geográfica a Bacia Hidrográfica e sempre utilizando a educação ambiental como suporte para sua difusão. Para a aplicação da política, a Agência das Bacias PCJ necessitou revisar sua estrutura e avaliar suas fontes de financiamento para aplicação nos programas, resultando na criação da Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ que realiza o acompanhamento e editais para fomentos das ações. Para isso as ações estão integradas no novo Plano das Bacias PCJ 2020-2035, aprovado pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/20](#) e alocadas nos programas de investimentos, tal qual Plano de Ação e Programa de Investimento (PA/PI), Plano de Aplicação Plurianual (PAP) e Plano de Execução Orçamentária Anual (POA). Para a divulgação de ações da Política de Mananciais PCJ, foi desenvolvido o Banco de Áreas e de Projetos PCJ ([Portal SIG PCJ](#)), que possui o cadastro de projetos elaborados, disponíveis para financiamento e para execução de intervenções. Comentou que em uma perspectiva da gestão da Política de Mananciais PCJ, estão envolvidos os Grupos de Trabalho (GTs) da CT-RN: **i)** GT-Mananciais, composto conjuntamente pela Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural); **ii)** GT-Indicadores e Monitoramento, composto conjuntamente pela Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) e **iii)** GT-Rede de Áreas Protegidas composto conjuntamente pela Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), onde cada GT possui um objetivo e acompanhamento. Em seguida, detalhou o Programa I (Recuperação, conservação e proteção ambiental em áreas de interesse), comentando que nele é realizado um Projeto Integral da Propriedade (PIP), territorialmente definido pela microbacia de abastecimento público - podendo envolver mais de um município, visando tornar as propriedades adequadas no ponto de vista agropecuário e ambiental, sendo: a preservação florestal, conservação do solo, produção agropecuária e saneamento rural. Cada projeto também conta com cronograma de execução e orçamentário, incluindo o plantio, cercamento e manutenção das áreas a serem recuperadas, com bastante envolvimento dos atores locais e outros conselhos, projetos e planos da temática. No tocante ao Programa II (Pagamento por

serviços ambientais) está muito relacionado ao Programa I, e visa o provimento de recursos para o pagamento por serviços ambientais pela conservação de áreas, juntamente com a criação de legislação, fundo e conselho para a temática. O Programa III (Apoio a áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos) tem como foco às Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM), Unidades e Conservação (UCs) e Áreas de proteção ambiental (APAs). Já Programa IV (Proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado) o desenvolvimento dos Planos Municipais da Mata Atlântica e Cerrado (PMMA). Por fim, comentou que as externalidades positivas da Política de Mananciais PCJ, são o estímulo às infraestruturas naturais, a redução de custos com o tratamento de água, melhoria na produtividade da propriedade rural e redução de custos com restauração. Em seguida, o Sr. Jorge reforçou a importância da necessidade de aumentar a disponibilidade hídrica nas Bacias PCJ, conciliando o reservamento para período seco e ações da Política de Mananciais PCJ, além a medição e controle do resultado das ações. De forma que o Sr. João Demarchi complementou que inicialmente monitorar os efeitos das ações foi um desafio, devido o alto custo dos aparelhos e estrutura para monitoramento quali-quantitativo da bacia hidrográfica, sendo mais utilizado dados das concessionárias de abastecimento de água dos municípios, pois já possuem tal estrutura. Não havendo outras manifestações, o Sr. Jorge agradeceu novamente a presença do Sr. João Demarchi e deu sequência à pauta. **7. Outros assuntos:** O Sr. Jorge informou que não houve outros assuntos para serem tratados nessa reunião e consultou aos presentes quanto a últimas manifestações. **8. Encerramento:** Não havendo manifestações e nada mais havendo a tratar, o Sr. Jorge Antonio Mercanti, Coordenador da Câmara Técnica de Usos e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria), agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Jorge Antonio Mercanti
Coordenador da CT-Indústria

Jairo Alves Júnior
Coordenador-Adjunto da CT-Indústria